



Biblioteca Feminista Mônica de Menezes Campos

Acervo de Bibliografia Feminista
de Relações Internacionais





MORETÃO, Amanda Stingenhen. *Análise histórica comparativa entre o direito das mulheres no Irã e na Turquia. In Entre a Modernidade e a Tradição: Empoderamento feminino no Irã e na Turquia.* Paco Editorial, 2016. p. 47-111

Daniele Thomaselli Vasques de Oliveira

Credenciais da autora

Graduada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (2015) e mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná, Amanda Stingenhen Moretão desenvolve uma pesquisa na área de estudos islâmicos e de gênero. A pesquisadora integra o Núcleo de Estudos de Gênero/UFPR com enfoque na discussão acerca da representação feminina no Islã e da vivência de mulheres iranianas antes e depois do marco da Revolução Iraniana.

Resumo e informações principais do texto

Em “Entre a Modernidade e a Tradição”, Amanda S. Moretão busca desestigmatizar a visão vitimizada da mulher muçulmana que é propagada pela grande mídia ocidental a partir, sobretudo, de críticas ao uso do véu. Visando suscitar a reflexão de que o debate em torno dos direitos das mulheres deve ser centralizado na liberdade de escolha, e não na vestimenta que é usada, a autora analisa comparativamente a trajetória político-cultural do Irã e da Turquia.

Segundo a conceituação de Moretão, a individualidade é a medida que difere opressão e liberdade: não se trata de como as mulheres se comportam, mas se elas têm a possibilidade de viver de outra forma. De um lado, temos o Irã, cuja Revolução de 1979 promulgou a *Sharia*, fonte do Direito Islâmico que comporta tanto códigos civis quanto religiosos, como a lei vigente e tornou o uso do véu compulsório. De outro, temos a Turquia, que se tornou um país secular em meados de 1923, a partir do declínio do Império Otomano e assinatura do Tratado de Lausanne, e passou pelo kemalismo, uma série de reformas sociais ocidentalizantes – dentre elas o banimento do uso do véu e outros símbolos ligados ao Islã. Moretão traça, então, uma

linha histórica de interrupções e continuidades nos regimes políticos de ambos os países, no intuito de mostrar como as mulheres se tornaram um objeto de disputa de interesses e construção de legitimidade do poder do Estado, tendo seus costumes e direitos alterados em conformidade à ideologia do governo vigente.

Analisando a trajetória iraniana, ela começa a remontar o histórico iraniano a partir do governo de Reza Xá Pahlavi, que teve início em meados de 1940 e passou a reafirmar as origens indo-europeias do país. Adotando um código civil baseado em modelos europeus que proibiu o uso do véu e o ensino do alcorão, o monarca entrou em conflito com os interesses religiosos e promoveu a brutalidade. Isso fez com que muitas mulheres defensoras do secularismo abraçassem a religião islâmica como uma alternativa à repressão orquestrada em torno da ocidentalização nacional. Uma vez tendo surgido enquanto símbolo de resistência, este se tornou um elemento identitário.

Contudo, a partir da Revolução que destituiu Pahlavi do poder e transformou o Irã de uma monarquia autocrática pró-Occidente em uma república teocrática islâmica, essas mulheres se tornaram “instrumento político”: sob o comando de aiatolá Ruhollah Khomeini, passou a se esperar que a população feminina advogasse pela castidade, representando a ideologia revolucionária em um espaço extremamente polarizado. Em uma nova onda de tirania, leis em prol do uso compulsório do véu passaram a contar com a mobilização de uma polícia moral e da Guarda Revolucionária, e as mulheres que não se adequaram ao novo *status quo* sofriram assédio e violência.

Em uma outra seção do segundo capítulo, ela realiza o estudo do caso turco como contraponto, se debruçando em uma cronologia que se inicia no século XII a.C. Com o fim do Império Otomano, considerado a mais poderosa potência islâmica da História, emergiu a Guerra de Independência Nacional a partir de eixos de resistência política. Sob a liderança do militar Mustafa Kemal - que foi nomeado Atatürk, “Pai dos Turcos” - foi instaurado um regime provisório em Ancara em 1921 e, dois anos mais tarde, a Turquia foi reconhecida como uma República secular, tendo Kemal, cuja visão de modernização era sinônimo de ocidentalização, assumido o cargo de primeiro presidente do país.

A proibição do uso do *hijab* na sociedade turca representou uma quebra da promessa de igualdade entre homens e mulheres, pois as mulheres religiosas - presentes, sobretudo no interior -, foram excluídas desse processo de transformação social. Em 27 de maio de 1960, um golpe militar depôs o Partido Democrático, que desde a década anterior promovia debates a respeito dos termos da secularização nacional, e radicalizou o movimento anti-islâmico. Houve, nesse sentido, uma proibição da participação feminina em partidos políticos e um

decreto do Conselho de Segurança Nacional proibiu o véu na vida pública para estudantes e funcionárias do governo em 1981. No ano seguinte, o Conselho de Educação banuiu o véu nas universidades.

Entre 1983 e 1997, no entanto, o rumo da política na Turquia teve um câmbio com a fundação do Partido do Bem-Estar (*Refah Partisi*) e a chegada de Necmettin Erbakan, que era a favor da desvinculação ao Ocidente e a formação de alianças políticas com outros países muçulmanos, ao cargo de primeiro-ministro em 1996. A ascensão do Partido religioso foi, porém, brevemente interrompida por outro golpe militar e, em 1998, a Corte Constitucional decretou o fechamento deste, alegando ameaça ao secularismo, e Erbakan foi impedido, por um período de cinco anos, de exercer atividades políticas, condenado por incitação ao ódio.

A partir de 2002, com a criação e eleição do Partido da Justiça e Desenvolvimento (*Adalet ve Karlıkinma Partisi*, ou AKP), novamente por Erbakan, houve uma nova tentativa - e um novo conflito em razão da insatisfação da ala kemalista do governo - de flexibilizar o estrito secularismo ocidental turco. Entre 2008 e 2014, a possibilidade do uso do véu em ambientes estudantis - uma problemática ressaltada por Moretão em razão da grande evasão escolar de muçulmanas praticantes desde o banimento - sofreu avanços e reveses.

Dominado pelo AKP, o Parlamento permitiu o uso da vestimenta nas universidades em 2008, medida derrubada pela Corte. Em 2010, novamente, o Conselho de Educação retirou a proibição em universidades e provas de admissão, porém a medida constitucional continuava sendo contra, permanecendo o entrave. Em 2013, a proibição foi revogada em instituições governamentais e, em 2014, em escolas, enquanto uma medida de democratização, como foi alegado pelo primeiro-ministro Ahmet Davutoglu.

Apesar de ocidental e secular, podemos notar que existe uma barreira religiosa que precisa ser superada na Turquia: constitucionalmente garantido pelo Artigo 24º de 1982, o qual garante a liberdade de expressão religiosa, e pelo artigo 10, que proíbe a discriminação perante a lei devido a crenças religiosas e diferenças de língua, origem étnica, e gênero, o uso do véu não é respeitado no dia a dia. A Corte Constitucional turca, dentro desse debate, se valia do argumento de que o véu ia contra o princípio de igualdade de tratamento perante a lei presente no artigo 10º da Constituição de 1982.

Em resumo, Moretão analisa trajetórias histórico-políticas de diferentes naturezas para fortalecer o argumento de que, diferentemente do que uma perspectiva feminista ocidental e centrada na intolerância religiosa faz parecer, o *hijab* não é o problema das mulheres nos países do Oriente Médio. O verdadeiro problema é a mobilização dos interesses e direitos dessas

mulheres, que são concedidos e revogados para respaldar ideologias políticas dos governos vigentes, de modo a buscar legitimidade na construção do Estado em torno destas.

Tabela de citações

CITAÇÃO DIRETA	LOCALIZAÇÃO DA PÁGINA
“Em todas as sociedades patriarcais se encontram mulheres lutando por seus direitos enquanto alguns homens tentam tirá-los, restringi-los, e negá-los de diversas formas. As noções de liberdade e opressão variam conforme o tempo e o espaço. Para algumas pessoas, usar pouca roupa significa liberdade, enquanto para outras significa opressão.”	p. 10
Acima de uma religião, o Islamismo se tornou uma linha de resistência política, uma forte oposição a um governo o qual a maior parte da população rejeitava. Segundo Hamideh Sedghi, as mulheres buscavam uma nova resposta para a vida que elas consideravam alienante, e essa resposta caiu sobre o Islã.”	p. 58
“Seja na época do xá, com a proibição do uso do véu, o a partir do governo islâmico, com a obrigação do uso do véu, as mulheres iranianas parecem ser o objeto principal de promoção dos interesses políticos, construção da legitimidade da lei e consolidação do poder do Estado.”	p. 60
“Para construir um Estado secular, Atatürk e os seguidores de sua ideologia acreditavam que qualquer referência à religião deveria ser banida. Entretanto, fazer um Estado secular não significa proibir qualquer manifestação de religião, como o uso do véu e do fez, principalmente em uma sociedade onde aproximadamente 99% da população é muçulmana.”	p. 90
“Em seu governo, ele (<i>Adbullah Güll</i>) enfrentou inúmeros protestos quanto ao uso do véu pelas esposas dos políticos em eventos oficiais, inclusive a sua própria. “A mídia secularista turca, instituições do	p. 98-99

estado e o partido de oposição (o Partido Republicano do Povo), protestaram contra o uso do véu por Hayünlssa Güll sob a alegação de que sua mera presença manchava a imagem secular do país.” (grifo nosso)	
“O maior problema do véu para os kemalistas é que eles não o veem como um símbolo religioso, mas como uma provocação política. [...] O Conselho de Estado afirmou que o véu não é um acessório inocente, mas um símbolo de oposição aos princípios da República. Enquanto a Corte Constitucional acredita que o véu é um símbolo de oposição ao secularismo.”	p. 105

Comentários

A escolha dos países explorados na obra é bastante acertada porque nos possibilita a visualização de realidades opostas quanto à cultura e o uso do véu - uma vestimenta emblemática no que tange à percepção etnocêntrica do Ocidente sobre mulheres muçulmanas. Partindo do princípio da alteridade - conceito bastante explorado por Edward Said em “Orientalismo”, que dicotomiza as nações em uma lógica de “nós” *versus* “eles” a partir de seus aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos -, Moretão busca ressignificar a visão ocidental acerca do *hijab*, apontando que o direito de decidir sobre os próprios corpos é a verdadeira pauta central sobre a qual o feminismo versa - ou ao menos deveria versar.

As trajetórias político-sociais dos países são diferentes no que concerne ao contato com o Oriente, como abordado ao longo de sua obra, o que faz com que o *hijab* tenha implicações diferentes em cada um deles. No entanto, Amanda Stingham não deixa seu texto cair na vitimização da mulher muçulmana – o machismo é universal e, apesar de nem todas as mulheres iranianas estarem contentes com o uso do véu - bem como nem todas as mulheres turcas estão satisfeitas com a sua restrição-, esse não é o maior problema, como o Ocidente faz parecer por meio da grande mídia, onde a experiência feminina no Oriente é generalizada.

Aproveito para destacar, ademais, um trecho da introdução do livro, que propõe uma reflexão extremamente cabível a respeito das noções de liberdade e opressão - que diferem a depender do tempo e espaço em perspectiva, não sendo universais:

[...] apesar de a moda ocidental ser amplamente propagada pelo mundo inteiro, culturas diferentes têm vestimentas diferentes. Ainda assim, algumas pessoas, especialmente homens, acreditam que as mulheres muçulmanas são “oprimidas” por usar o *hijab*, e que ao obrigá-las a usar um biquíni ou um uniforme que não cobre muito os seus corpos, elas estariam sendo “salvas” pela liberdade ocidental. Isso porque, nesta lógica, obrigar uma mulher a fazer algo só é opressão em países com ideologias diferentes do ocidente.” (MORETÃO, 2016, p. 12)



QUEM ESCREVEU?

Daniele Thomaselli

Bacharela em Relações Internacionais pela
Universidade Federal Fluminense.
Atualmente, é Assistente de Comunicações
no Centro Brasileiro de Relações
Internacionais (CEBRI).

